

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Leilão de hidrelétricas será realizado até 30 de setembro	2
Título: Petrobras pode recorrer à Justiça contra cobrança do tribunal da Receita	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Vale anuncia corte nos investimentos de 10% para 2018 e 2021	3
Título: TCU bloqueia bens de 8 empreiteiras	3
VEÍCULO: Correio Braziliense	4
Título: Cemig une mineiros	4
Título: Uso maior de térmicas deve aumentar custo de energia	5
Título: Votorantim põe R\$ 1 bilhão em eólica	5
Título: Minoritários brigam por vaga na Vale	7
Título: Siderurgia melhora situação financeira no quarto trimestre	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck****Título: Leilão de hidrelétricas será realizado até 30 de setembro**

São 5 usinas, sendo 4 da Cemig, que devem gerar bônus de R\$ 12 bilhões

O governo federal deve realizar até 30 de setembro um leilão para oferecer a investidores as concessões de hidrelétricas já em operação. A estimativa é arrecadar até R\$ 12 bilhões por meio da cobrança de bônus de outorga. O governo conta com os recursos para cumprir a meta fiscal deste ano, de déficit de R\$ 139 bilhões.

Segundo portaria do Ministério de Minas e Energia publicada ontem no Diário Oficial, definindo o prazo para a realização do certame, serão oferecidas as concessões de cinco usinas cujos contratos expiraram ou estão no final, sendo que quatro delas são operadas atualmente pela estatal mineira Cemig.

O critério para decidir a disputa pelas usinas será o valor do bônus de outorga oferecido pelos interessados, com a vitória para o maior lance. Os novos contratos de concessão terão 30 anos.

As usinas que o governo pretende leiloar são Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande, todas da Cemig, que somam mais de 2,9 mil megawatts em capacidade de geração, além da hidrelétrica Agro Tafo, com apenas 14 megawatts

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Petrobras pode recorrer à Justiça contra cobrança do tribunal da Receita**

Conselho quer cobrar impostos sobre ganhos de subsidiária da estatal na Holanda em 2009

A Petrobras poderá recorrer na Justiça contra a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o tribunal da Receita Federal, da última quarta-feira, de manter a cobrança de R\$ 1,5 bilhão relativo a um processo tributário. O Carf manteve o entendimento de que cabe a cobrança pelo Fisco da tributação sobre os resultados de sua subsidiária na Holanda, a Petrobras Netherlands (PNBV).

A estatal vinha questionando junto ao Carf a tributação para fins de apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), sobre os ganhos da subsidiária na Holanda relativos ao exercício de 2009. Em comunicado ao mercado ontem sobre a decisão do Carf, a estatal indica que pretende recorrer da decisão: "Caso seja mantida tal decisão, há a possibilidade, ainda, da companhia recorrer ao Judiciário para a defesa de seus direitos, não se tratando, portanto, de decisão definitiva".

Marcos Elias, estrategista da Modena Capital, explicou que a Holanda tem impostos baixos e por isso muitas empresas brasileiras decidiram abrir empresas lá. — A Holanda é o paraíso fiscal para holdings empresariais. É conhecida como um país que tradicionalmente é procurado por empresas para pagamento de menos imposto. Acredito que cabe um questionamento do Carf — destacou Marcos Elias.

Procurada, a estatal preferiu não comentar o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Vale anuncia corte nos investimentos de 10% para 2018 e 2021

A Vale informou ontem uma redução de 10% nos investimentos previstos entre 2018 e 2021, à medida que a conclusão de vários projetos, entre os quais o mega empreendimento de minério de ferro S11D, leva os aportes de capital da companhia para o patamar de seus competidores. Em apresentação em evento do Bradesco BBI em São Paulo, a mineradora disse manter a projeção de investir US\$ 4,5 bilhões em 2017, ante US\$ 5,5 bilhões 2016, mas reduziu a projeção de um total de US\$ 14,6 bilhões para US\$ 13,2 bilhões nos quatro anos seguintes, desconsiderados os recursos previstos para unidades de fertilizantes, setor em que a empresa tem desinvestido.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Fábio Fabrini

Título: TCU bloqueia bens de 8 empreiteiras

O Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueou ontem bens de oito empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato. O objetivo é cobrir prejuízos de R\$ 544 milhões nas obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O valor corresponde ao superfaturamento apurado em quatro contratos, conforme antecipou o Estado em 29 de março. A medida do TCU, oficializada à noite, atinge

Galvão Engenharia, Alusa, Promon, Engevix, Iesa Óleo e Gás, Queiroz Galvão, Techint e Skanska Brasil. As quatro últimas empresas citadas foram declaradas inidôneas pelo tribunal ou o governo, e estão proibidas de participar de licitações para contratos bancados com recursos federais.

A indisponibilidade patrimonial foi decretada por um ano e deve alcançar os ativos necessários para assegurar o ressarcimento das perdas. Leniência. A sanção não foi aplicada à Andrade Gutierrez, também apontada como responsável pelos prejuízos nas obras do Comperj, porque a empreiteira firmou acordo de leniência (espécie de delação de pessoa jurídica) com a Lava Jato, comprometendo-se a pagar R\$ 1 bilhão. O entendimento da corte, já firmado em julgamento anterior, referente às obras da usina de Angra 3, é o de conceder uma “vantagem comparativa” às empresas que aceitam colaborar com as investigações. O Estado não conseguiu contato com as empresas ontem.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Marcelo Ernesto

Título: Cemig une mineiros

Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME), publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), deixa a situação da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) ainda mais complicada quanto às concessões das usinas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande. A pasta autorizou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a promover a relicitação das quatro hidrelétricas. O texto prevê que o leilão seja realizado até 30 de setembro deste ano.

A questão, no entanto, não está pacificada e pode render até uma espécie de greve de votações da bancada mineira, na Câmara dos Deputados e no Senado, caso não seja encontrada uma solução política para manutenção do direito da estatal mineira a esses ativos. Ontem, o presidente da Cemig, Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga, se reuniu com o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Fábio Ramalho (PMDB-MG), e cerca de 20 deputados mineiros para tratar do assunto.

Na reunião, ficou definido que os parlamentares vão pressionar o governo federal para tentar uma saída para o impasse. “Eles (governo federal) não estão respeitando os contratos. Mas nós queremos uma solução política, não só financeira, para o assunto”, afirmou Ramalho. Segundo ele, se as negociações não surtirem efeito até a data do leilão, a bancada mineira vai cruzar os braços quanto aos projetos de interesse do Planalto.

Seção: Brasil**Autor: Rodrigo Polito****Título: Uso maior de térmicas deve aumentar custo de energia**

Em sua primeira reunião mensal sob a bandeira tarifária vermelha - que prevê cobrança de taxa extra nas contas de luz para custear o acionamento de térmicas -, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) indicou que, embora o risco de desabastecimento continua desprezível, o custo de energia tende a aumentar, devido à necessidade de ligar mais termelétricas.

No encontro, realizado em Brasília, o colegiado indicou que o risco de qualquer déficit de energia em 2017 é de 0,8% e 0,1%, para os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente. Na última reunião, em março, esses índices foram de 0,3% e zero.

"Apesar de assegurado o abastecimento de energia para 2017, as condições hidrológicas desfavoráveis deverão levar a despachos térmicos mais volumosos, significando um aumento no custo da operação do sistema", informou o CMSE, em nota.

O comitê criou um grupo de trabalho para aprofundar as análises sobre a condição de fornecimento de energia e definir formas de intensificar a divulgação desse processo a sociedade.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que prevê que os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste alcancem 40,5% de armazenamento no fim de abril, quando termina o período chuvoso, contra 57,6% registrados em igual período de 2016. O ONS prevê 41,7%, para o Sul, 21,1% para o Nordeste e 65,2% para o Norte.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro****Título: Votorantim põe R\$ 1 bilhão em eólica**

O grupo Votorantim, que vai completar 100 anos de fundação em 2018, vai destinar um terço de seus investimentos programados para este ano em seu mais novo negócio - a geração de energia eólica. Cerca de R\$ 1 bilhão está orçado no plano do conglomerado, disse em entrevista ao Valor João Miranda, presidente da Votorantim S.A.

No todo, a companhia prevê repetir o mesmo valor de desembolso do ano passado - R\$ 3 bilhões - nas suas operações no Brasil e no exterior. Esse valor ficou pouco abaixo dos R\$ 3,2 bilhões de 2015. Até agora, o negócio de cimento vinha abocanhando a maior fatia de recursos em expansão e novos projetos.

"Apesar da crise vicenciada pelo Brasil nos últimos dois anos, decidimos não reverter nenhum investimento em curso", afirmou Miranda. Daqui para frente, ele disse esperar contenção da retração econômica e o começo da inflexão, principalmente a partir das reformas encaminhadas pelo governo federal. A perspectiva é que a maior confiança, decorrente dessas mudanças estruturais e do controle da inflação, se traduza em recuperação até o fim de 2017.

O projeto de energia eólica - Ventos do Piauí -, está previsto para entrar em operação no primeiro trimestre do próximo ano. Foi lançado em outubro de 2015 e calcula desembolso total de R\$ 1,2 bilhão na primeira fase - sete parques eólicos no Estado do Piauí. Nessa etapa, a previsão é alcançar potência instalada de geração de 206 megawatts (MW).

Cerca de 90% da energia a ser gerada já está com sua venda garantida no mercado regulado. Na mesma região, dois outros parques eólicos de porte similar estão na mira da Votorantim Energia, dentro da estratégia de ser um player de peso nesse negócio e já estuda projetos de solar.

Com expertise de décadas na geração hídrica, basicamente para consumo cativo, com a nova frente de negócio, disse Miranda, a companhia fica atrativa para potenciais sócios. Segundo ele, a estrutura já está montada para um investidor privado e até para abertura do capital da VE. "A família [Ermírio de Moraes] convive bem com sócios. Vide a Fibria (celulose), Citrosuco (suco de laranja) e banco", destacou o diretor financeiro, Sérgio Malacrida.

"Temos um portfólio de negócios bastante resiliente, mas que não passa incólume [pela crise]", declarou. "De 2015 para 2016, o cenário recessivo brasileiro continuou e derrubou nossa receita. Prevemos que deve se recuperar mais fortemente em 2018", disse.

O executivo trabalha com Selic (taxa de juro) de 8,5% no fim do ano e crescimento de PIB de 0,5% (Focus). Ele vê peso maior da exportação, principalmente commodities agrícolas, serviços e retomada de alguns setores da indústria neste ano. "A retomada da economia será mais lenta que a esperada, porém com maior grau de certeza", disse. Aponta programas de concessões, leilões na área de energia e maior solidez do programa de investimento da Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Rocha****Título: Minoritários brigam por vaga na Vale**

A indicação de pelo menos um conselheiro independente para o conselho de administração da Vale, na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da companhia, no dia 20 deste mês, tornou-se alvo de disputa acirrada entre investidores minoritários da mineradora. O pano de fundo da eleição do primeiro conselheiro independente da Vale, eleito em separado dos controladores, é a migração da empresa para o Novo Mercado da bolsa, com a respectiva unificação das ações preferenciais e ordinárias em ONs, em prazo de até três anos.

De um lado da disputa dos minoritários por um assento no conselho da Vale, estão um fundo de investimentos da Geração Futuro L. Par, a VIC corretora, e Victor Adler. Esses investidores, donos de ações preferenciais da Vale, lançaram chapa encabeçada pelo advogado Marcelo Gasparino da Silva e pelo francês Bruno Bastit. Dias depois, a gestora britânica Aberdeen Asset Management, um dos grandes investidores minoritários da Vale, dono de ações ordinárias e preferenciais da mineradora, lançou os nomes de Sandra Guerra e de Isabella Saboya, duas conceituadas especialistas brasileiras em governança, para concorrer à mesma vaga, na eleição para o conselho de administração para o período 2017-2019.

Nos bastidores, advogados e especialistas interpretaram a chapa da Aberdeen como uma maneira de impedir a eleição dos candidatos da L. Par. O que está em jogo é a eleição de um minoritário, mas há possibilidade de serem dois. Para eleger um minoritário pelos preferencialistas, no voto em separado, é preciso reunir 10% do capital social, o equivalente a 525 milhões de ações. Se as duas chapas disputarem os mesmos votos, ganha quem fizer maioria. Daí que os movimentos nos bastidores, em busca de apoio, têm sido intensos.

Embora seja favorável à migração da Vale para o Novo Mercado, o fundo de investimentos da L. Par e a VIC DTVM questionam o tratamento não isonômico dado aos preferencialistas na conversão das ações da Vale, uma vez que haverá diluição. Em carta a investidores sobre a eleição no conselho da Vale, o fundo da L. Par destacou a importância de uma conversão "justa", sem diluição, e disse que nesse sentido é essencial, para todos os preferencialistas, brasileiros e estrangeiros, estarem representados no conselho de administração. A relação de troca proposta pela Vale foi de 0,9342 ON por uma PN.

No rumo ao Novo Mercado, mineradora precisa de conselheiros verdadeiramente independentes

De acordo com fontes, a Capital Group, maior detentor de ações preferenciais entre os minoritários da Vale, pode ter papel relevante na disputa da AGO. A Capital Group já se reuniu com os controladores da Vale para discutir a relação de troca de ações na migração para o Novo Mercado. E a Geração Futuro L. Par estaria apostando na suposta insatisfação da Capital Group com a relação de troca de ações para conseguir os votos necessários e eleger um minoritário.

"Tivemos muitas respostas de outros acionistas sobre essa indicação. Falamos com uma série de investidores e tivemos respostas positivas. Elas [Sandra e Isabella] são figuras muito respeitadas no Brasil e lá fora", afirmou Peter Taylor, chefe da Aberdeen no Brasil. Sandra é uma das fundadoras do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e foi presidente do conselho da entidade entre 2012 e 2016. Isabella foi sócia de gestoras de recursos, atuou por dois anos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e participa de vários conselhos de empresas.

Gasparino é membro suplente do conselho da Vale e está nos conselhos de administração de AES Eletropaulo, Battistella, Cemig e Eternit. Bastit tem experiência internacional na área de governança. O francês é o candidato da L. Par pelos detentores de ON e Gasparino, pelos preferencialistas. No caso da Aberdeen, Sandra é a candidata pelos preferencialistas e Isabella, pelos ordinaristas. Se não houver quórum para eleição de candidato por uma classe de ação, existe a possibilidade de juntar as duas classes (ON e PN) para eleger um minoritário pelo voto em separado. É bem provável que se atinja o quórum para eleger um conselheiro pelas ações preferenciais. Atingir o número mínimo de ações para eleger um conselheiro pelos ordinaristas, é mais difícil.

Na carta divulgada a investidores da Vale, o fundo da L. Par disse que os minoritários ordinaristas e preferencialistas deveriam se unir para tentar eleger mais do que um conselheiro. Mas isso iria requerer que a Aberdeen, por deter ações ordinárias, solicitasse o chamado voto múltiplo, do qual os preferencialistas não participam. Pelo voto múltiplo todos os acionistas, inclusive os controladores, podem votar em todos os candidatos ou concentrar seus votos em um único nome. Por esse caminho, dependendo do quórum na assembleia, a Aberdeen poderia eleger até dois membros, abrindo espaço para a escolha de outro minoritário, em separado, pelos preferencialistas. Mas esse cenário parece muito difícil.

Ontem Taylor jogou água fria nas pretensões da L. Par: "A médio prazo [o voto múltiplo] é interessante, mas nesse caminho de ganhar mais credibilidade no mercado, é importante, primeiro, eleger um representante independente no conselho de administração", afirmou. E completou: "Nós estamos confiantes de que um minoritário vai ser eleito e temos a esperança que dois sejam eleitos."

Advogados avaliaram que o voto múltiplo é de difícil implementação pois os ordinaristas minoritários tirariam uma ou mais cadeiras dos controladores (Bradesco, Previ, Mitsui e BNDES) no conselho. O conselho de administração da Vale tem onze assentos, sendo que os controladores indicaram nove membros e deixaram duas vagas: uma dos empregados da Vale e outra a ser preenchida pelos acionistas minoritários. Especialistas em governança dizem que no caminho rumo ao Novo Mercado será fundamental para a Vale ter conselheiros verdadeiramente independentes, com atuação firme, e que atuem para criar valor para a companhia e não no "autointeresse".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Siderurgia melhora situação financeira no quarto trimestre

As siderúrgicas brasileiras conseguiram conter a deterioração de sua situação financeira durante o último trimestre de 2016, mas ainda enfrentaram dificuldades no resultado operacional. As principais razões são o encolhimento do mercado interno, exportações muitas vezes com margens extremamente reduzidas e mais baixas contábeis por conta da irrecuperabilidade do valor dos ativos.

O Valor compilou os balanços de Gerdau e Usiminas, as duas empresas com capital aberto que publicaram as demonstrações financeiras. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), os números são apenas os não auditados, e ainda não há data para a divulgação do balanço revisado.

A receita líquida das três atingiu R\$ 15,26 bilhões entre outubro e dezembro de 2016, com queda de 7,7% na comparação anual e 1,1% na trimestral. Ao mesmo tempo, porém, o que se enxerga é uma melhor rentabilidade. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), já ajustado para desconsiderar as baixas contábeis, somou R\$ 1,02 bilhão no intervalo, crescimento de 63,3% sobre o mesmo período de 2015, apesar de representar queda de 16,4% ante o quarto trimestre.

Considerando só Gerdau e Usiminas, os chamados "impairments" elevaram as perdas. O prejuízo de ambas foi de R\$ 3,27 bilhões. No quarto trimestre de 2015, as perdas foram de R\$ 2,63 bilhões e, entre julho e setembro de 2016, de R\$ 119 milhões.

Mas o misto de melhorias operacionais, menores investimentos e gestão de passivos continuou dando resultado. As três siderúrgicas, juntas, tinham dívida líquida de R\$ 45,01 bilhões no fim do ano passado, a menor desde junho de 2015.

Em setembro, ela era de R\$ 46,29 bilhões, e em dezembro de 2015, de R\$ 51,9 bilhões. O caixa e equivalentes das empresas também foi engordado no período, terminando em R\$ 14,12 bilhões ante R\$ 13,26 bilhões três meses antes e R\$ 17,81 bilhões no ano anterior.

O levantamento do Valor ainda levou em conta o balanço da ArcelorMittal Brasil, que só divulga os dados anuais, e indicou ajustes ainda mais significativos no resultado. Compilando as quatro, a receita líquida caiu 11,9% em 2016, para R\$ 80,5 bilhões, mas o Ebitda cresceu 5,1%, para R\$ 11,17 bilhões. O endividamento líquido caiu 11%, para R\$ 52,54 bilhões.

O misto de melhorias operacionais, menores investimentos e gestão de passivos continuou dando resultado

É importante lembrar que, ao contrário das outras, a CSN conta com uma área de mineração bastante relevante em sua operação, a Congonhas Minérios. Por causa dessa divisão, impulsionada pela recuperação dos preços do minério de ferro, a receita da empresa foi a única da amostra que cresceu de 2015 para 2016.

O mercado de aço, contudo, continuou em baixa. Segundo o Instituto Aço Brasil, o consumo aparente - que leva em conta tanto produtos nacionais como estrangeiros - de aços planos, especialidade de Usiminas e CSN, recuou 11% em 2016, para 10,25 milhões de toneladas. No caso de aços longos, no qual a Gerdau é líder, a queda foi de 19%, para 7,3 milhões de toneladas.

Além disso, a participação dos importados nessa demanda nacional se elevou e, não bastasse o encolhimento do mercado como um todo, houve também perda na fatia que cada empresa controla. Na área de planos, menos complicada de fazer tal levantamento, por exemplo, a vice no ranking, CSN, encostou na líder, a Usiminas.

A siderúrgica mineira perdeu participação de mercado mais uma vez, de 31,1% do consumo aparente de planos em 2015 para 30% em 2016. A CSN, por sua vez, conseguiu reverter tendência passado e foi de 24,3% para 27%. Há três anos, Usiminas detinha 39% do mercado e CSN, 33,6%.

Levantamento interno da própria Usiminas, ao qual o Valor teve acesso, mostra que a Usiminas tem perdido espaço praticamente ano a ano desde 2007. Na época, esse patamar era de 52%, mas que rapidamente caiu para 34%, segundo contas internas da empresa, nos nove primeiros meses de 2016.

Além disso, o documento indica incapacidade da Usiminas de atingir as próprias metas. Em 2010, 2012, 2013 e 2014, ela foi incapaz de bater o objetivo traçado pelo conselho de administração.

Não só a CSN, mas a Gerdau, antes especialistas apenas em longos, vem roubando parcela dos clientes com um laminador de bobinas a quente e outro de chapas grossas - muitas vezes praticando descontos frente ao preço da concorrência. A ArcelorMittal Brasil manteve-se estável no período, segundo fontes de mercado.

A maior ameaça, entretanto, é a importação. Com a valorização do real ante o dólar e a relativa estabilidade dos preços internacionais, o produto brasileiro tornou-se caro demais. O mesmo Aço Brasil informou que as compras de aço do exterior chegaram a 370 mil toneladas entre janeiro e fevereiro, 92% a mais na comparação anual. O volume é baixo, mas representa mais de 13% de penetração. Analistas consideram essencial que a medida antidumping ainda em análise, contra a bobina a quente chinesa, seja implantada logo.

MME / ASCOM .